

ANDBANK
Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações financeiras para o semestre
findo em 30 de junho de 2021

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Administração e aos Cotistas da
Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Distribuidora está sem operações e não vem gerando receitas decorrentes de suas atividades, devido à migração das suas operações para seu controlador. Dessa forma, a manutenção de suas atividades e de suas respectivas despesas administrativas dependem dos recursos advindos dos aportes de capital efetuados pelo cotista controlador. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

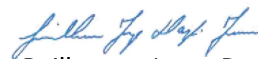
São Paulo, 27 de agosto de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8



Guilherme Jorge Dagli Júnior

Contador

CRC nº 1 SP 223225/O-0

Balancos patrimoniais em 30 de Junho de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Junho 2021	Dezembro 2020	Passivo	Nota explicativa	Junho 2021	Dezembro 2020
Circulante		200	187	Circulante		199	102
Disponibilidades	4	123	32	Outras obrigações		199	102
Títulos e valores mobiliários	5	-	133	Obrigações fiscais e previdenciárias correntes	8.a	-	5
Carteira Própria		-	133	Diversos	8.b	199	97
Outros créditos	6	77	22	Não circulante		5	16
Rendas a receber		12	-	Outras obrigações		5	16
Diversos		65	22	Provisões	8.b	5	16
Não circulante		788	133	Patrimônio líquido		804	235
Outros créditos	6	85	133	Capital social	11	1.795	1.095
Diversos		85	133	Outros resultados abrangentes		3	-
Títulos e valores mobiliários	5	703	-	Prejuízos acumulados		(994)	(860)
Vinculados a prestação de garantias		703	-				
Permanente		20	33				
Imobilizado de uso		2	7				
Imobilizações de uso		67	84				
(-) Depreciação acumulada		(65)	(77)				
Intangível		18	26				
Ativos intangíveis		141	142				
(-) Amortização acumulada		(123)	(116)				
Total do ativo		1.008	353	Total do passivo e do patrimônio líquido		1.008	353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados



Para os semestres findos em 30 de Junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto prejuízo por quota)

	Nota explicativa	2021	2020
Receitas da intermediação financeira		<u>1</u>	<u>3</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1	3
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>1</u>	<u>3</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(131)</u>	<u>(40)</u>
Receitas de prestação de serviços	12	2	101
Despesas de pessoal		-	(1)
Despesas administrativas	13	(124)	(120)
Despesas tributárias		(38)	(47)
Outras receitas operacionais		41	27
Outras despesas operacionais		(12)	-
Resultado operacional		<u>(130)</u>	<u>(37)</u>
Resultado não operacional		<u>(4)</u>	<u>-</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>(134)</u>	<u>(37)</u>
Imposto de renda / Contribuição social	10	-	(1)
Prejuízo no semestre		<u>(134)</u>	<u>(38)</u>
Quantidade de quotas		<u>728.659.580</u>	<u>109.493.002</u>
Prejuízo por quota - R\$		<u>(0,0002)</u>	<u>(0,0003)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de Junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020		<u>1.095</u>	<u>-</u>	<u>(501)</u>	<u>594</u>
Prejuízo do semestre		-	-	(38)	(38)
Saldos em 30 de junho de 2020		<u>1.095</u>	<u>-</u>	<u>(539)</u>	<u>556</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2021		<u>1.095</u>	<u>-</u>	<u>(860)</u>	<u>235</u>
Outros resultados abrangentes		-	3	-	3
Aumento do capital social (aprovado pelo Banco Central em 05/07/2021)	11	700	-	-	700
Prejuízo do semestre		-	-	(134)	(134)
Saldos em 30 de junho de 2021		<u>1.795</u>	<u>3</u>	<u>(994)</u>	<u>804</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Para semestres findos em 30 de Junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)



	Nota explicativa	2021	2020
Prejuízo no semestre		<u>(134)</u>	<u>(38)</u>
Ajustes para conciliar o resultado líquido do semestre			
Depreciações e amortizações	13	8	10
Despesa de imposto de renda e contribuição social		-	1
Outros		4	-
Prejuízo ajustado		<u>(122)</u>	<u>(27)</u>
Variações de Ativos e Passivos			
Aumento em outros créditos		(6)	40
Aumento em títulos e valores mobiliários		(567)	(31)
Aumento em outras obrigações		86	70
Caixa líquido (aplicado) originado nas atividades operacionais		<u>(609)</u>	<u>52</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		700	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>700</u>	<u>-</u>
Aumento / (Redução) de caixas e equivalentes de caixa		<u>91</u>	<u>52</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		32	336
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre		123	388
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>91</u>	<u>52</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente



Para os semestres findos em 30 de Junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
Prejuízo do semestre	(134)	(38)
Outros resultados abrangentes	3	-
Resultado abrangente do semestre	<u>(131)</u>	<u>(38)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o preço unitário da ação)

1 Contexto operacional

A Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., anteriormente denominada L.L.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., (“Distribuidora”), tem como principal cotista o Banco Andbank Brasil S.A., e foi constituída em 03 de junho de 1991 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 31 de janeiro de 1992.

A Distribuidora é uma sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.179, 8º andar. Concentra suas operações na distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, na administração de carteiras, e opera no mercado acionário, comprando, vendendo e distribuindo títulos e valores mobiliários por conta de terceiros. Possui como objeto social a prática de operações inerentes às distribuidoras de títulos e valores mobiliários, incluindo a compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a prática de operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e a prestação de serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais. Durante o terceiro trimestre de 2013, foi iniciada a atividade de intermediação de renda fixa via custódia própria.

Em 16 de dezembro de 2014, o Andorra Banc Agricol Reig adquiriu 100% das ações do Banco Andbank Brasil S.A. (“Banco”) com objetivo de aumentar sua atuação no mercado brasileiro. Com isso a Distribuidora passou a fazer parte do conglomerado prudencial onde o Banco é líder. Em 06 de junho de 2016 o Banco adquiriu 99,99% das ações Andbank Financeira Ltda. (antiga controladora da Distribuidora).

Face à reorganização societária, em 15 de fevereiro de 2019, a Distribuidora incorporou sua controladora direta Andbank Financeira Ltda., Em decorrência da incorporação, a composição do capital social passou a ser: 99,9818% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0182% Andorra Banc Agricol Reig S.A.

A seguir demonstramos os valores de incorporação referentes à data base de 30 de junho de 2018 e de variações patrimoniais até a data de aprovação da incorporação em 15 de fevereiro de 2019:

	30.06.2018	15.02.2019
Disponibilidade	-	152
Títulos e Valores Mobiliários	156	(156)
Outros Créditos	-	3
Total do Ativo	156	(1)
Outras Obrigações	1	(1)

Patrimônio Líquido	155	-
Total do Passivo	156	(1)

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional no curso normal dos negócios da Distribuidora, que está suportado por um plano de negócios formalizado que considerou a migração de suas atividades operacionais para o seu atual controlador, o Banco Andbank Brasil S.A. Esse plano de negócios está em vigor desde 2018, com a transferência dos serviços de intermediação e custódia para o Banco Andbank Brasil S.A. Pós findada a migração da carteira, a Distribuidora ficará sem atividades até nova definição da administração.

Nesse contexto e, considerando o compromisso do Controlador com o plano de negócio aprovado e, em suportar o Grupo no Brasil com eventuais aportes de capital, além dos resultados apresentados, não há fatores relevantes que tragam incerteza quanto à continuidade da Distribuidora.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e homologadas pelo Banco Central do Brasil, as normas aprovadas pelo CMN - Conselho Monetário Nacional e as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Distribuidora.

Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação a valores de mercado de títulos e valores mobiliários e depreciação do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Distribuidora revisa essas estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que representa a moeda funcional e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de setembro de 2020.

3 Resumo das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1.1 Apuração do resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e computados sobre os ativos e passivos indexados.

3.1.2 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual

ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.1.3 *Aplicações interfinanceiras de liquidez*

As aplicações interfinanceira de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras.

3.1.4 *Títulos e valores mobiliários*

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com as seguintes categorias:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários quando aplicável; e
- **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela Anbima, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, Bloomberg e administradores de fundos de investimento.

A metodologia de ajuste a valor de mercado atende aos critérios de mensuração dos ativos financeiros, previsto pela Resolução CMN nº 4.748/19.

3.2 *Imobilizado de uso*

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos – 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança

3.3 *Imobilizado e intangível*

O imobilizado está contabilizado ao custo da aquisição e a depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, sendo 20% ao ano para Sistema de Processamento de Dados e 10% ao ano para as demais contas.

O intangível é representado por aquisição de sistemas informatizados, sendo amortizado à alíquota de 20% ao ano.

3.4 **Impostos**

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20% para o período compreendido entre /setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observado que a Distribuidora possui créditos tributários não ativados de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Em 01 de março de 2021 foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 (convertida em Lei nº 14.183 em 14 de julho de 2021) que altera a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL de 15% para 20%, a ser aplicada no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2021.

3.5 **Estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos semestres demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Distribuidora revisa periodicamente suas estimativas e premissas.

3.6 **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado do exercício. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “*impairment*”.

Não foi identificado qualquer evento na Distribuidora que justificasse provisão de perdas por *impairment* para os ativos não financeiros.

3.7 **Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados

e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e

- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

3.8 *Eventos subsequentes*

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

3.9 *Alterações de normas contábeis*

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

- **CPC 00** - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- **CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- **CPC 02 (R2)** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- **CPC 03 (R2)** - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- **CPC 04 (R1)** - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- **CPC 05 (R1)** - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;

- **CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- **CPC 23** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- **CPC 24** - Eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- **CPC 27** - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- **CPC 33** - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução 4.424/15.
- **CPC 41** - Resultado por ação – homologado pela Circular 3.959/19. A Dtm adotou a prerrogativa prevista no artigo 7º. da referida circular, a qual confere a adesão opcional para instituições financeiras do segmento 4 (S4). Desta forma, a Dtm não adotou este pronunciamento.
- **CPC 46** – Mensuração do valor justo – homologado pela Resolução 4.748/19.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras da Distribuidora.

4. Disponibilidades

As disponibilidades estão compostas da seguinte forma:

	Junho 2021	Dezembro 2020
Disponibilidades	123	32
Total	123	32

5. Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os títulos e valores mobiliários estavam assim compostos:

	Junho 2021			Dezembro 2020		
	Custo Atualizado	Valor contábil/ Mercado (i)	Valor Ajuste a Mercado	Custo Atualizado	Valor contábil/ Mercado (i)	Valor Ajuste a mercado
Títulos para negociação						
<u>Carteira própria:</u>						
Certificado de depósito bancário	-	-	-	133	133	-
Subtotal	-	-	-	133	133	-
Títulos disponível para venda						
<u>Vinculados ao Banco Central (ii):</u>						
Letras do tesouro nacional	700	703	3	-	-	-
Subtotal	700	703	3	-	-	-
Total	700	703	3	133	133	-

(i) O valor justo dos títulos e valores mobiliários foram apurados com informações de nível I, para aqueles com preços divulgado no mercado financeiro e nível II para os demais, utilizando-se de taxas praticadas em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão e pelos administradores dos fundos de investimento.

(ii) Representam títulos vinculados ao aumento de capital.

6. Outros créditos

	Junho 2021	Dezembro 2020
Impostos e contribuições a compensar	85	133
Valores a receber - partes relacionadas (Nota 7)	12	22
Diversos	65	-
Total	161	155
Ativo circulante	77	22
Ativo realizável a longo prazo	85	133

7. Partes relacionadas

A Distribuidora possui como controladora direta o Banco Andbank Brasil S.A. e o Andorra Banc Agricol Reig S.A. Adicionalmente os cotistas possuem outras empresas as quais são consideradas partes relacionadas da Distribuidora por possuírem controle em conjunto sendo elas:

- Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.
- Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.

São consideradas pessoas chave da Distribuidora sua diretoria executiva. A estrutura administrativa das empresas do grupo Andbank é compartilhada, dessa forma, esses administradores recebem uma remuneração global paga e registrada no Banco Andbank Brasil

S.A., onde substancialmente suas atividades são dedicadas. No exercício de 2020 essa remuneração foi de R\$ 571 (R\$ 829 em 2020).

A Distribuidora manteve no período saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as empresas, relativas a contratos de prestação de compartilhamento de custos administrativos, conforme apresentado no quadro a seguir:

Sociedades ligadas

	1º Semestre 2021		Dezembro 2020	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
		(i)		(i)
ANDBANK Corretora de Seguros de Vida Ltda.				
Valores a receber	-	3	-	12
ANDBANK Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.				
Valores a receber	2	12	2	42
Valores a pagar	-	-	-	(2)
Banco Andbank Brasil S.A				
Valores a receber	10	44	20	128
Valores a pagar	(1)	(4)	(9)	(24)
Total a receber - Outros créditos - Diversos	12	59	22	182
Total a pagar - Outras obrigações – Diversas	(1)	(4)	(9)	(26)

(i) As receitas e despesas com partes relacionadas estão apresentadas líquidas na rubrica Despesas Administrativas e representam o rateio dos custos administrativos do Grupo Andbank.

8. Outras obrigações

a. Obrigações fiscais e previdenciárias correntes

	Junho 2021	Dezembro 2020
Impostos e contribuições sobre serviço	-	1
PIS a pagar	-	1
COFINS a pagar	-	3
Total	-	5

b. Diversos

	Junho 2021	Dezembro 2020
Valores a pagar sociedades ligadas (Nota 7)	-	9
Provisão para riscos fiscais (Nota 9)	5	16
Serviços técnicos especializados	192	77
Fornecedores	7	11
Total	204	113
Passivo circulante	199	97
Passivo não circulante	5	16

9. Provisões, passivos contingentes e obrigações legais

A Distribuidora é parte em um processo administrativo perante ao órgão governamental, à qual contesta administrativamente a exigência de pagamentos de valores de contribuições ao PIS, referentes ao período de janeiro a dezembro de 1998, com valores atualizados em 30 de junho de 2021 de R\$ 5 (R\$ 16 em 2020).

Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

A Distribuidora possui contingência fiscal avaliada por nossos assessores jurídicos como perda possível, no valor de R\$ 1 em 30 de junho de 2021 (R\$ 1 em 2020).

10. Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>Junho 2021</u>	<u>Junho 2020</u>
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(134)	(37)
Encargos (IR e CS) às alíquotas vigentes (nota 3.4)	54	15
(Inclusões) Exclusões Permanentes	(4)	(9)
Adições temporárias	(4)	(9)
(Inclusões) Exclusões Temporárias	(16)	(8)
Provisões para pagamentos	(20)	(8)
Reversão de provisão para contingência fiscal	4	-
Efeito do diferido sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa não constituído	(34)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	-	(2)
Imposto corrente	-	(2)
Imposto diferido	-	-

A Distribuidora possui créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2021 no valor de R\$467 (R\$422 em dezembro de 2020), em razão da incerteza quanto à sua realização. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução BACEN nº 15/20.

11. Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2021 o Capital Social está representado por 728.659.580 (setecentos e vinte e oito milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e oitenta) quotas de R\$ 0,01 cada uma (109.493.002 em 2020), totalmente subscritas e integralizadas. A composição do capital social está distribuída por 99,9818% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0182% Andorra Banc Agricola Reig S.A

12. Receitas de prestação de serviços

	Junho 2021	Junho 2020
Rendas de Comissões e Colocações de Títulos	2	101
Total	<u><u>2</u></u>	<u><u>101</u></u>

13. Despesas administrativas

	Junho 2021	Junho 2020
Despesas de serviços do sistema financeiro (a)	-	(29)
Despesas de processamento de dados	(2)	(4)
Despesas de aluguéis	(1)	(1)
Despesas de depreciação e amortização	(8)	(11)
Despesas de serviços de terceiros	(49)	(32)
Despesas de publicações	(32)	(27)
Outras	(32)	(17)
Total	<u><u>(124)</u></u>	<u><u>(121)</u></u>

- (a) Composto substancialmente por despesas relacionados a gestão e administração das carteiras, comissão dos agentes autônomos e despesas bancárias.

14. Outras informações

Em 08 de Janeiro de 2015 a Andbank Distribuidora passou a fazer parte do conglomerado econômico onde o Banco Andbank Brasil S.A. é o líder e por decisão do Banco Central do Brasil, com base em atos estatutários, a Distribuidora foi dispensada de enviar as informações de limites operacionais, sendo de responsabilidade do Banco líder do conglomerado informar as posições consolidadas. Em 30 de junho de 2021, o índice de Basiléia do Banco (Prudencial) é de 21,04% (16,1% em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
Capital Social e Reservas	319.762	254.613
(-) Deduções do Capital Social incluindo ajustes prudenciais	(217.968)	(217.053)
Patrimônio de Referência (PR)	101.794	37.560
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	(63.095)	(18.869)
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	38.699	18.691

15. Estrutura de gerenciamento Contínuo e Integrado de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da Distribuidora considera o tamanho e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, o monitoramento e o controle dos riscos aos quais está exposto.

O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Organização, alinhado às diretrizes da administração, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos estratégicos, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital dão suporte ao gerenciamento por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

- **Gerenciamento do risco operacional**

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas da Distribuidora aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 4.557/17.

Para alocação de capital para o risco operacional a Distribuidora optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital. O Conglomerado possui área para gestão de risco operacional, independente da área de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das áreas de controle, analisa os casos onde houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias, etc. O conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos.

- **Gerenciamento do risco de mercado**

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Distribuidora. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de:

- Operações sujeitas à variação cambial;
- Taxas de juros;
- Preços de ações;

- Preços de mercado (“commodities”).

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo Comitê de Diretoria e monitorados no Comitê de Ativos e Passivos - COAP. O risco decorrente da exposição de suas operações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas.

Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia, levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) da carteira de negociação. O processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado.

- **Gerenciamento do risco de crédito**

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à deterioração de sua qualidade de crédito.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito dos produtos e demais operações financeiras buscando fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade e etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável.

O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e reportado mensalmente no Comitê de Riscos pra conhecimento da Diretoria da Distribuidora.

- **Gerenciamento do risco de liquidez**

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamento” entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento da Distribuidora, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovada. O risco de liquidez é monitorado diariamente pelo acúmulo de ativos líquidos e

de alta qualidade através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. O Colchão de liquidez do banco é composto basicamente, por títulos de livre movimentação e posições em caixa.

O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos – COAP, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado.

- **Gestão de Capital**

O processo de gerenciamento de Capital da Distribuidora leva em consideração o ambiente econômico no qual o Conglomerado atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do conglomerado.

Esse processo visa assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias e seus riscos subjacentes, é efetuado de forma contínua objetivando manter uma base sólida de capital que suporte o desenvolvimento das atividades e os riscos incorridos, em condições normais ou extremas, e atende aos requerimentos regulatórios de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil.

O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos – COAP assim como pelo Comitê de Riscos, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado.

- **Divulgação das informações relativas à gestão de riscos**

As informações destinadas ao público externo são disponibilizadas em local de acesso público e de fácil localização no sítio do banco na internet (<https://www.andbank.com/brasil/governanca/>).

São publicadas informações sobre riscos nos seguintes documentos:

- a) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito, do risco de liquidez, do risco de mercado e do risco operacional;
- b) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do capital
- c) Relatório de gerenciamento de riscos - Pilar 3;
- d) Formulário de referência; e
- e) Notas explicativas às demonstrações financeiras.

16. Ouvidoria

O componente organizacional encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN 4.433 de 23 de julho de 2015.

17. Benefícios Pós Emprego

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

18. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que requeira ajustes ou divulgações nas demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2021.

* * *